



InfoSNESup

Número 142 – Maio de 2011 – 2ª Quinzena

SUMÁRIO

- ✓ **SNESup DISCUTE FUNDAÇÕES**
- ✓ **SUBSÍDIO DE DESEMPREGO - UM ALERTA**
- ✓ **ELEITO NOVO REITOR DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES**
- ✓ **SNESup PROMOVE REUNIÃO DE DOCENTES NO IP VIANA DO CASTELO SOBRE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**
- ✓ **EMOLUMENTOS: SNESup PEDE IMPUGNAÇÃO DE REGULAMENTO DO IP GUARDA**
- ✓ **SITE DO SNESup: CONHEÇA AS REVISTAS QUE PUBLICAMOS DESDE HÁ 21 ANOS**
- ✓ **EVENTOS**
- ✓ **DIÁRIO DA REPÚBLICA**

SNESup DISCUTE FUNDAÇÕES

O SNESup promoveu no passado dia 21 de Maio, no Porto, uma reunião de trabalho sobre a problemática das Fundações, reunindo colegas de várias instituições de ensino superior. Foi criada uma subsecção específica na Secção Dossiers do nosso site sobre o assunto (<http://www.snesup.pt/cgi-bin/getinfos.pl?EFpyZyVZFZIVGkWgzD>). Estando já fechado o número da Ensino Superior - Revista do SNESup do presente trimestre, o número seguinte (Julho-Setembro) irá publicar alguns textos produzidos para a reunião do Porto.

Em 30 de Maio o Conselho Geral da Universidade do Minho pronunciou-se no sentido da passagem desta Universidade a Fundação. Permitimo-nos desde já chamar a atenção para que, mesmo depois da passagem, o novo pessoal docente não tem de ser contratado em regime de direito privado, uma vez que por proposta do SNESup tanto o ECDU como o ECPDESP vieram a permitir a continuação da admissão de pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas. Dos "regulamentos de direito privado" das actuais fundações, o ISCTE-IUL apenas

prevê o recurso a regime de direito privado para a admissão de pessoal especialmente contratado, e o da U. Porto cria dois regimes paralelos, sendo que a U. Aveiro ainda não publicou o seu. Aliás a U. Porto já vai no seu segundo regulamento, cujas disposições vão ser dentro de semanas impugnadas numa acção a colocar pelo nosso Sindicato.

SUBSÍDIO DE DESEMPREGO - UM ALERTA

Depois de um intenso trabalho reivindicativo desde a colocação da questão, em 1999, pelo SNESup, e graças à participação de muitos colegas, por exemplo em campanhas de mails junto do Parlamento, foi obtida a publicação da Lei nº 11/2008, de 20 de Fevereiro, para a qual remete ainda, até regulamentação, a Lei nº 4/2009, de 29 de Janeiro que sistematizou a protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas

http://www.snesup.pt/htmls/dlds/Lei_11_2008.pdf

http://www.snesup.pt/htmls/dlds/lei_4_2009_proteccao_social.pdf

No actual quadro legal:

- para os colegas que não chegaram a ser inscritos no regime geral de segurança social por terem iniciado funções anteriormente a 1 de Janeiro de 2006, é o MCTES a entidade pagadora do subsídio, e é ao Ministro que deve ser dirigido o respectivo requerimento;

<http://www.snesup.pt/htmls/EFpyFuFVypqaQlbDJc.shtml>

<http://www.snesup.pt/htmls/EFpyFuFuVplcqrJgxl.shtml>

- para os colegas inscritos no regime geral de segurança social é à Segurança Social que deve ser dirigido o requerimento de modelo oficial.

http://www.snesup.pt/htmls/dlds/formularios_subsidio_desemprego.pdf

Apoiaremos em qualquer dificuldade os nossos associados e chamamos a atenção para que, com os cortes já efectuados e a efectuar, o subsídio de desemprego já não é a prestação substitutiva de rendimentos que ainda constituía em 2008, nem garante a cobertura dos encargos pessoais e familiares normalmente incorridos por um docente do ensino superior ou investigador que cai numa situação de desemprego.

ELEITO NOVO REITOR DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Jorge Manuel Rosa de Medeiros foi eleito em 31 de Maio Reitor da Universidade dos Açores, onde foi Pró-Reitor em 2001-2002 e Vice - Reitor em 2002-2011. Ao novo Reitor apresentamos os nossos votos de um bom mandato.

Saudamos igualmente o Reitor cessante, Avelino de Meneses, com quem tivemos um diálogo profícuo no domínio da elaboração de Regulamentos e que foi o primeiro Reitor a dotar a sua Universidade de um instrumento de vinculação ao centro de arbitragem administrativa oficialmente reconhecido pelo Ministério da Justiça

SNESup PROMOVE REUNIÃO DE DOCENTES NO IP VIANA DO CASTELO SOBRE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Decorreu no dia 23 de Maio uma reunião promovida conjuntamente pelo SNESup e SPN com vista à discussão do projecto de regulamento do sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente do IPVC e que contou com a participação de dois membros da Direcção do SNESup e de Delegados Sindicais do SNESup no IPVC.

Os presentes tiveram oportunidade de expressar as suas dúvidas e preocupações relativamente a um projecto de regulamento que necessita ainda de ser melhorado em diversos aspectos tendo-se destacado:

- a necessidade de participação do Conselho Técnico-Científico na aprovação do regulamento em causa, mas também como responsáveis pela realização da avaliação (disponível em <http://www.snesup.pt/htmls/EEVVIAZIFufUvtAfnl.shtml>);
- a ilegalidade da mudança automática de posição remuneratória no final de cada mandato para o Presidente e Vice-Presidentes do IPVC, Directores e Subdirectores das suas unidades orgânicas pelo exercício de funções dirigentes;
- que não deverão ser valorizadas as cargas lectivas superiores a 12h;
- a necessidade de considerar a especificidade das diversas áreas disciplinares tal como previsto no ECPDESP;
- a necessidade ainda de considerar a avaliação de todas as vertentes a que os docentes tenham estado efectivamente afectos no período em avaliação;
- que deverá ficar desde já definida a grelha que será aplicada na realização da avaliação por ponderação curricular aos anos anteriores a 2011;
- a possibilidade de os docentes reclamarem da nomeação dos relatores caso tal se justifique e seus mecanismos;
- a evidente necessidade de explicitar que os relatores não poderão ser de categoria inferior ao avaliado devendo sempre que possível de categoria superior.

Deve ter-se em conta que a audição sindical formal das associações sindicais incidirá sobre a versão do Regulamento a elaborar após o debate público.

No IPVC iremos também intervir em matéria de regulação do serviço docente.

EMOLUMENTOS: SNESup PEDE IMPUGNAÇÃO DE REGULAMENTO DO IP GUARDA

O Instituto Politécnico da Guarda entendeu publicar um Regulamento de Provas Públicas, aplicável à transição para contrato de trabalho em tempo indeterminado de colegas a tempo integral ou dedicação exclusiva com 15 anos de serviço, conforme previsto na Lei nº 7/2010, em que exige emolumentos pela realização destas provas.

Não tendo a Presidência do Instituto respondido à exposição que lhe dirigimos, o nosso Sindicato requereu ao Ministério Público que desencadeasse processo de impugnação das correspondentes disposições regulamentares. Na realidade, a lei não prevê tal pagamento para a concretização de um direito previsto no regime transitório e o argumento de que será preciso formar um juri de maioria externa, tal como nos concursos, não colhe. Que saibamos, ainda não está prevista a cobrança de emolumentos a quem se apresente a concurso.

SITE DO SNESup: CONHEÇA AS REVISTAS QUE PUBLICAMOS DESDE HÁ 21 ANOS

Ao chegar à página principal do site do SNEup encontrará em cima, à direita, uma localização "Revista" que lhe permitirá explorar 39 números da Ensino Superior - Revista do SNESup publicados entre 2001 e a actualidade. O nº 40 sairá no próximo mês de Junho.

Preste atenção à evolução do grafismo, bem expressa nas capas

<http://www.snesup.pt/cgi-bin/getinfos.pl?EEVVEuuAlZHmQiSbVK>

O grande mentor do projecto foi Luis Belchior, Presidente da Direcção eleita em 2001, os Directores foram sucessivamente Jorge Morais, Luís Belchior, Paulo Peixoto, José Peixe e novamente Paulo Peixoto. A Revista tem um Estatuto Editorial e um Conselho Editorial próprios e o SNESup distingue-se por ser o único sindicato em que o Presidente da Direcção não sabe o que vai sair na Revista.

Mas a Ensino Superior - Revista do SNESup, que coexiste com as Newsletters InfoSNESup e SNESup Ciência e Tecnologia, foi antecedido pelo SNESup Informação, do qual foram publicados 58 números, um dos quais duplo, mais 2 suplementos e 3 especiais, cuja colocação no site está quase completa.

<http://www.snesup.pt/cgi-bin/getinfos.pl?EkyuEyVkEuYcUWfgSG>

Os seus Directores foram Mário Leston Bandeira, Edgard Fortes, Pedro Abreu, Isabel Lousada, e novamente Pedro Abreu. Os números 50 a 54 (dirigidos por Isabel Lousada) prefiguravam já uma verdadeira Revista, embora com um grafismo ainda limitado.

As nossas Revistas são bem a expressão de uma organização plural e em permanente evolução.

Poderá encontrar ainda neste espaço dois números do Em Questão, primeira tentativa, em 1990 e 1991, de lançar uma Revista que coexistisse com o SNESup Informação.

<http://www.snesup.pt/cgi-bin/getinfos.pl?EkyFFllkuVeQbjdWgR>

Foram seus Directores Mário Leston Bandeira e José Manuel Sobral.

EVENTOS

Conferência Internacional - Challenging Citizenship

Universidade de Coimbra - Centro de Estudos Sociais

3 a 5 de Junho de 2011

<http://www.ces.uc.pt/challengingcitizenship/pages/en/home.php>

Workshop - "Risk & Extreme Values in Insurance and Finance"

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

6 e 7 Junho 2011

<http://www.rev2011.ceaul.fc.ul.pt/>

Colóquio Internacional - Os Filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações

CES-Lisboa/Centro de Informação Urbana de Lisboa

14 a 15 de Junho de 2011,

http://www.ces.uc.pt/eventos/?id=3907&id_lingua=1

DIÁRIO DA REPÚBLICA

[Portaria n.º 217/2011, de 31 de Maio](#) - Regulamenta a tramitação do procedimento concursal nacional de habilitação ao grau de consultor.

[Portaria n.º 216/2011, de 31 de Maio](#) - Aprova os estatutos do Instituto Nacional de Administração, I. P., e revoga a [Portaria n.º 354/2007](#), de 30 de Março.

[Portaria n.º 211/2011, de 30 de Maio](#) - Regula a certificação de competências profissionais resultantes do reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida, nomeadamente em contextos de trabalho.

[Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011/A, de 26 de Maio](#) - Fixa a atribuição de bolsas de estudo a trabalhadores-estudantes matriculados no ensino superior português com residência na Região Autónoma dos Açores.

[Portaria n.º 209/2011, de 25 de Maio](#) - Procede à adaptação do subsistema de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública (SIADAP 3) a trabalhadores integrados na carreira especial médica.

[Portaria n.º 207/2011, de 24 de Maio](#) - Regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho em funções públicas, no âmbito da carreira especial médica.

[Lei n.º 23/2011, de 20 de Maio](#) - Aprova o Estatuto dos Funcionários Parlamentares.

[Lei n.º 22/2011, de 20 de Maio](#) - Quinta alteração à [Lei n.º 91/2001](#), de 20 de Agosto (lei de enquadramento orçamental).

[Lei n.º 21/2011, de 20 de Maio](#) - Segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 66/2008](#), de 9 de Abril, que «regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos residentes e estudantes, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma da Madeira» de forma a estender o subsídio social de mobilidade aos serviços marítimos.

[Lei n.º 20/2011, de 20 de Maio](#) - Cria o registo nacional dos serviços do Estado de todo o sector público administrativo.

[Lei n.º 19/2011, de 20 de Maio](#) - Primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 27-C/2000](#), de 10 de Março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários.

[Portaria n.º 203/2011, de 20 de Maio](#) - Define quais os sistemas de mediação pré-judicial cuja utilização suspende os prazos de caducidade e prescrição dos direitos e procede à regulamentação do seu regime e os sistemas de mediação judicial que suspendem a instância.

[Portaria n.º 202/2011, de 20 de Maio](#) - Regulamenta os momentos e os modos de pagamento de remunerações dos serviços prestados por instituições de acordo com o disposto nos artigos 833.º-A e 861.º-A do Código de Processo Civil e a forma de cobrança de distribuição da

receita e o modo e forma de pagamento anual da receita devida às instituições gestoras de bases de dados referidas no n.º 12 do artigo 17.º do Regulamento das Custas Processuais, bem como os demais aspectos de gestão do sistema.

Portaria n.º 200/2011. de 20 de Maio - Segunda alteração à **Portaria n.º 419-A/2009**, de 17 de Abril, que regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades.

Portaria n.º 199/2011. de 19 de Maio - Aprova os modelos de diplomas e de certificados que conferem uma qualificação de nível não superior no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações.

Resolução da Assembleia da República n.º 95/2011, publicada em 28 de Abril - Elaboração de uma auditoria que permita aferir o custo médio por aluno, no presente ano lectivo, nas escolas públicas.

Lei n.º 10/2011. de 21 de Abril - Dispensa gratuita de medicamentos após alta de internamento pelos serviços farmacêuticos dos hospitais que integram o SNS.

Portaria n.º 164/2011. de 18 de Abril - Segunda alteração à **Portaria n.º 128/2009**, de 30 de Janeiro, que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+».

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 18 Horas
Telefone 21 799 56 60 – Fax 21 799 56 61 - snesup@snesup.pt

Porto – Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista), 60 1º – 4100-357 PORTO – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas
Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43 - snesup.porto@snesup.pt

Coimbra – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas
Telefone 23 978 19 20 – Fax 23 978 19 21 - snesup.coimbra@snesup.pt